

A.I. Nº - 299166.0349/07-0
AUTUADO - NEUSENY BARRETO
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - IFMT METRO
INTERNET - 21.09.07

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0279-04/07

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NA PRIMEIRA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA. MERCADORIAS ADQUIRIDAS EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. CONTRIBUINTE SEM INSCRIÇÃO NO CAD-ICMS. Comprovado que a operação de aquisição das mercadorias se destinava a consumidor final. Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 29/06/2007 e exige ICMS no valor de R\$ 289,25, com multa aplicada de 60%, em decorrência da falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, em outra unidade da Federação, por contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS no Estado da Bahia.

A autuada apresentou defesa às fls. 24 a 28, aduzindo que viajou para Gramado-RS, com a sua família, anexa tíquete de passagem à fl. 32, e que visitou a fábrica de cristais, Cristais Gramado onde aproveitou a oportunidade para comprar produtos que não se encontram em Salvador a preço de fábrica. Relaciona os mesmos informando que foram adquiridos através da Nota Fiscal nº 2960, fl. 33, junta cópias de fotos com os referidos objetos decorando o seu apartamento, fls. 37 e 38 e finaliza dizendo que é pessoa física e que não está obrigada a ter inscrição para adquirir produto como consumidor final. Por essa razão não é devido o ICMS e solicita que o auto seja julgado improcedente.

O autuante em sua informação fiscal, fl. 40, diz que entendeu que a destinatária das mercadorias apreendidas iria comercializá-las, foi porque a mesma tinha sido sócia da empresa Amparo Flores e Decorações Ltda e que poderia estar adquirindo aqueles produtos para revendê-los, comprovando-se assim o requisito da habitualidade. Conclui alegando que diante dos argumentos defensivos agora apresentados, deixa a critério do CONSEF o julgamento da procedência ou não da autuação.

VOTO

O Auto de Infração trata de exigência do ICMS em razão de falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS no Estado da Bahia.

Do exame levado a efeito no Termo de Apreensão de Mercadorias, no CTCR, na Nota Fiscal nº 2960, fls. 05, 06 e 07 respectivamente, bem como considerando as razões defensivas, às fls. 24 a 28 e as cópias dos tíquetes de passagens e das fotos com os objetos decorativos fls. 32, 37 e 38 respectivamente, não contestados pelo autuante, resta provado que não houve a habitualidade nem volume de operação de circulação de mercadorias que caracterizassem o intuito comercial

previsto no art. 36 do RICMS/97. Fica evidente que as mercadorias foram adquiridas para uso por pessoa física não contribuinte do ICMS.

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 299166.0349/07-0, lavrado contra **NEUSENY BARRETO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de setembro de 2007.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR